

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO DE ARQUITETURA É URBANISMO DE MATO GROSSO DO SUL

1

2

4

5

6

7 8

9 10

11

12

13

14 15

16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

26

27 28

29

30

31 32

33

34

35

36

37

38

39

40

Ata da Sessão Plenária Ordinária nº. 029, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul, realizada em 10 de abril de 2014, na sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul.

Aos 10 (dez) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e catorze (14), na sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul, na Rua Espírito Santo n. 205, esquina com Avenida Afonso Pena, CEP 79020-080, em Campo Grande- MS, por convocação ordinária prevista no calendário anual e sob a Presidência da Conselheira Giovana Dario Sbaraini, vice-presidente, no exercício da Presidência reuniram-se os Conselheiros Estaduais: Dirceu de Oliveira Peters, Edneyde Vidal Ourives Barros, Gutemberg dos Santos Weingartner, Luiz Carlos Ribeiro, Manoel Inocêncio Mendes Carli, Rui Lameiro Ferreira Júnior. O Assessor Jurídico Elias Pereira de Souza, os Agentes Fiscais Allan Duarte e Felipe Lordello Neves, o Coordenador da Secretaria Geral Gill Abner, o Gerente Administrativo e Financeiro Cláudio Lisias Lucchese, a Gerente de Fiscalização Patrícia de Oliveira Georges, o Assessor Especial da Presidência Luís Eduardo Costa, o Analista de Comunicação Jornalista Marcos Vinicius Benitez, o Auxiliar Administrativo Marcos Roberto Espíndola, a Coordenadora do SICCAU Claudia Dias e para secretariar esta Plenária a Secretária da Presidência Ghislaine Gonçalves. Assume a titularidade nesta sessão em face da ausência do Conselheiro Titular, o Suplente de Conselheiro Eymard Cezar Araújo Ferreira. Faz o registro das presenças da Suplente de Conselheira Gabriela Gonçalves Pereira da Silva e a Suplente de Conselheiro Jussara Maria Basso. EXPEDIENTE: 1. ABERTURA, VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM E AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: A presidente em exercício Giovana Dario verifica a existência de auórum e a sessão plenária inicia-se às 16h28min, com justificativa de ausência apresentada pela Conselheira Estadual Deborah Toledo de Rezende Almeida. 2. HINO NACIONAL: A Presidente em exercício Giovana Dario invoca a proteção de Deus para a realização da 29ª Sessão Plenária Ordinária do CAU/MS. Solicita a todos que se coloquem em pé para a execução do Hino Nacional Brasileiro. 3.LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA ANTERIOR: A Presidente em exercício Giovana Dario informa que a Ata da 28ª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 20 (vinte) de março (03) de 2014 (dois mil e catorze), foi encaminhada antecipadamente a todos os Conselheiros junto com a convocação. Colocada em discussão foi aprovada sem nenhuma ressalva. 4. APRESENTAÇÃO DOS DESTAQUES DE CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS; 4.1 CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS: O conselheiro estadual Manoel Carli que se faça a leitura do ofício encaminhado ao senhor Carlos Eduardo Xavier Marun, referente ao ofício 509/2012-2014. O conselheiro estadual Dirceu Peters solicita a palavra e sugere que fosse acrescido ao lado das correspondências enviadas o assunto que está sendo tratado nos mesmos. Após esta solicitação o conselheiro Manoel Carli, solicita novamente a palavra e esclarece sua solicitação para confirmar se havia sido encaminhado ao secretário de habitação ou ao presidente do Conselho municipal das Cidades, pode constatar que está correto. (a) Ofício Sec. Jurídica nº 118/201-FENASERA- Federação Nacional dos Trabalhadores nas Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional; (b) Ofício nº 119/2014 da Prefeitura Municipal de Água Clara/MS, Gabinete do Prefeito; (c) Correspondência da Assembleia Legislativa de MS- Gabinete do Deputado Jerson Domingos; (d) Correspondência do CAU/ES- Campanha de Valorização Profissional. 4.2 CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS: (a) Ofício n.505/2012-2014-Wilson Roberto Gonçalves; (b) Ofício n. 507/2012-2014- Cezar Antônio Gonçalves Afonso; (c) Ofício n. 508/2012-2014- Laura França dos Santos Crove; (d) Ofício n. 509/2012-2014- Carlos Eduardo Xavier Marun; (e) Ofício n. 511/2012-2014-Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz; (f) Ofício n. 512/2012-2014-Luiz Carlos Soccol; (G) Ofício n. 513/2012-2014- Silas José da Silva.. 5.APRESENTAÇÃO DE COMUNICADOS: (A): PRESIDENTE: No dia 20 de março o presidente reuniu-se

Mi

de março o presidente reuniu-se

A.

Some

com as senhoras: Luciana Mamoré e Tatiana Ratier, responsáveis pela Casa Cor/MS. Na qual se tratou de um pedido de apoio institucional, no sentido da Casa Cor, estar em conformidade com o CAU/MS, desta forma solicitando o Selo de Conformidade. No dia 24 de março, o presidente esteve no município de Dourados, reunido com o Prefeito Murilo Zauith e o Reitor da UEMS-Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul- Fábio Costa, deliberando sobre a elaboração do Termo de Cooperação Técnico, entre as três instituições citadas. Na noite do mesmo dia, foi realizada na UNIGRAN, uma palestra com o tema "Atribuições Profissionais e os novos desafios da Arquitetura", nesta palestra o Conselheiro Federal Celso Costa também deu sua contribuição no quesito Ética e Disciplina na profissão. A coordenadora da CEP/MS Giovana Dario, esteve presente relatando sobre as atribuições profissionais, levou também o Plano de Ação da CEP 2014, que dentre as suas missões objetiva a presença da comissão em municípios do interior, denominada como CAU/MS no interior, sendo Dourados a primeira sede a receber a CEP/MS, o que será detalhado quanto as informações durante o relato da comissão. Informa que no dia 27 de março, o presidente Osvaldo fez sua contribuição junto como o Grupo de Trabalho em apoio a CEP/MS. Nos dias 31 de março e 01 de abril, recebemos na sede do CAU/MS a equipe do Symnetics, que é uma empresa contratada do CAU para um plano estratégico entre o CAU/BR e os CAU/UF. O objetivo é o que queremos alcançar em 10 e 20 anos. No primeiro momento, foram realizadas reuniões entre os presidentes e conselheiros federais, onde foram elencados temas e objetivos para execução destas ações. Neste segundo momento, as reuniões são realizadas nos estados para que haja alinhamento entre o CAU/BR e os CAU/UF. O CAU MS ficou com 04 (quatro) temas a serem desenvolvidos com o nosso corpo técnico com datas já determinadas. O retorno da Symnetics ficou para o dia 22 (vinte e dois) de julho e todos os conselheiros estão convidados a participarem deste fechamento. O Assessor Luís Eduardo, a pedido da presidente em exercício Giovana, faz sua contribuição, pois também esteve presente, relata de maneira objetiva que a Symnetics está executando esta ação no Brasil inteiro para causar uma provocação de índices norteadores para ações da "Valorização Profissional" em todo o país. Como demanda encaminhar através da Secretaria Geral o material dos trabalhos aos conselheiros. A presidente em exercício ressalta que o Conselho dos Arquitetos é o primeiro em nível nacional a desenvolver este tipo de trabalho dando ênfase a valorização profissional e em prol da sociedade. No dia 02 de abril, o presidente Osvaldo mais uma vez presidiu uma reunião do CSC - Centro de Serviços Compartilhados, sendo esta a 6ª(sexta) delas. (B) DOS COORDENADORES DAS COMISSÕES: -COMISSÃO DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO: O coordenador da Comissão Conselheiro Manoel Carli, relata que não houve reunião no período. No entanto lembra que foi encaminhada a presidência 02 (dois) expedientes, dos quais aguardam repostas para poder dar procedimento as demandas. -COMISSÃO DE ENSINO E FORMAÇÃO: O coordenador conselheiro Gutemberg Weingartner comunica que a comissão cumpriu a programação do calendário. A pauta abrangeu a agenda para verificação de cadastro de Ensino sobre as visitas nas universidades no interior do estado, começando pela UNIGRAN. Verificação de cadastro do IES Instituto de Ensino Superior, lista de egressos, pesquisa e desenvolvimento, projeto pedagógico aplicado ao curso, lembrando que o coordenador do curso na UNIGRAN, relatou que o projeto está em revisão. As diretrizes do curso também serão debatidas. Com o auxílio da Suplente Jussara, fez o contato para verificação de demandas da CEF/MS, e recebeu uma planilha com as mesmas. Buscou contato com a Universidade para Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - UNIDERP- e verificou a falta de alguns documentos. Dentre eles, a ausência do lançamento da lista de egressos, de acordo com o registro do CAU/BR. Em relação à Faculdade Integrada de Três Lagoas, há necessidade do recolhimento do RRT- Registro de Responsabilidade Técnica, pelo coordenador. A respeito de alguma documentação solicitada a esta universidade, o coordenador do curso relatou ao Conselheiro Gutemberg, que estes dados são sigilosos, devendo ser solicitados através de ofícios. Com relação à UNIGRAN, falta apenas a lista 2012/1 e 2012/2. Solicitou à CEF/CAU/BR acesso para acompanhamento dos cadastros das instituições de ensino. E, tendo recebido de forma incompleta, irá solicitar a presidência de maneira oficial algumas demandas. Dentre elas: Ofício a UNIGRAN com o lançamento da lista de egressos do período 2012/1 e 2012/2; Faculdade Integrada de Três Lagoas, uma carta convite para visita técnica; Dados que a CEF/BR solicita com os caminhos dentro do SICCAU; Para a UNIDERP é a mesma demanda, citando dois exemplos: 1: chamar a preencher os dados faltantes e; 2: Uma visita técnica, com possíveis datas para os dias 08(oito) e 09(nove) de maio. Quanto a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS- relata que através de consultas foi sugerido o nome da nova coordenação de curso e que a referida comissão irá encaminhar. Solicita ainda uma visita técnica com possíveis datas de 05(cinco) e 06(seis) de julho. Relata que foi procurado pela

41 42

43 44

45 46

47

48

49

50

51

52

53 54

55 56

57

58 59

60 61

62

63

64

65

66

67 68

69 70

71

72 73

74

75

76 77

78

79

80 81

82

83

84

85

86 87

88

89 90

91

92

93

94

95

M.

io. Relata que loi procurado pela

A.

ah

equipe do EREA-Encontro Regional de Estudantes de Arquitetura, para a solenidade de abertura, que se dará aos 27(vinte e sete) deste mês. Sem mais encerra seu relato. Antes o membro da comissão Conselheiro Dirceu Peters, acrescenta que a respeito do comentário do coordenador da Faculdade Integrada de Três Lagoas, que seria interessante mostrarem, através de documentos do conselho a necessidade destas informações. Que junto com o ofício anexe estes documentos. O Conselheiro Gutemberg solicita algum funcionário para auxiliar na comissão. A presidente em exercício Giovana concorda com o conselheiro Dirceu Peters, e com relação ao auxiliar de comissão e apresenta os dois novos concursados ao colegiado. O Analista de Comunicação Marcos Vinicius Benitez e o Agente Fiscal Felipe Lordello, foram os primeiros contratados apresentados. O Assessor Jurídico Elias explica o porquê da demora em fazer a convocação dos concursados, que após tramites legais começou a contratação. COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA: O coordenador Conselheiro Rui Lameiro, relata que a comissão se reuniu basicamente para a distribuição dos processos e andamento dos processos sequentes, informando que possivelmente na próxima sessão plenária já terão alguns finalizados. -COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL: A coordenadora Conselheira Giovana inicia relatando que houve uma alteração no calendário das reuniões desta comissão afim de que todos os conselheiros membros possam participar. Pois de acordo com a votação ocorrida na 24ª Sessão Plenária de 07 de novembro de 2014 foi votado que as reuniões ocorreriam nas quartas-feiras que antecedem a Sessão Plenária, ou nas quintas-feiras em horário antecedente a Sessão Plenária. Sendo assim a agenda desta comissão foi alterada para que o conselheiro titular Gutemberg Weingartner possa vir a participar das mesmas. Que ficou determinado que sua realização se dará na segunda-feira da semana que ocorre a Sessão Plenária às 08h30min. Dentre os assuntos da pauta tiveram demandas vindas do atendimento e da fiscalização, podendo analisar e darem o parecer das mesmas. Tiveram em assunto extra pauta um RRT- Registro de Responsabilidade Técnica- de acervo de obras executadas no exterior. Informa que com o surgimento desta demanda agora já tem esta opção no SICCAU. E dentro do relato das gerências a gerente de fiscalização Patrícia Georges irá falar mais sobre os trabalhos que têm realizado. Ainda dentro do plano de ação, discutiram sobre as visitas a quatro sub sedes. Este plano de ação foi definido no fim do ano passado, para entrar no orçamento. Foi programada incialmente a visita as quatro sub sedes, a princípio quer levar a equipe de fiscalização e conselheiros, para haver maior aproximação dos profissionais com o CAU/MS, com foco na valorização profissional. A primeira visita será à Dourados nos dias 14(catorze) e 15(quinze) de março. E em Corumbá nos dias 28 (vinte e oito) e 29 (vinte e nove). Informa sobre os horários nos municípios e relata que entrou em contato com o coordenador da UNIGRAN acrescentando que os acadêmicos foram convidados. Comenta que a coordenadora do SICCAU Cláudia Dias irá fazer uma apresentação para responder as dúvidas mais frequentes junto ao sistema. Nesta missão o Assessor Jurídico Elias também irá esclarecer dúvidas durante as palestras. O conselheiro Manoel Carli comenta que viu o link, durante a reunião e que é de fato muito didático e que seja colocado para todos poderem conhecer. O conselheiro Eymard Cezar, como coordenador do Grupo de Trabalho em apoio a CEP/MS faz breve relato quanto à metodologia do grupo, que as reuniões têm acontecido quinzenalmente na sede do conselho. E que os trabalhos têm sido criados como minutas e que tem surgido diversas dúvidas, como a diferença entre "atribuições e competências", por exemplo. Relata que parece ser muito simples, mas na verdade não é. Que foram relacionados vários itens que serão debatidos nas reuniões e apresentados posteriormente em Sessão Plenária. Deixa inclusive o convite aos demais colegas para participarem. O conselheiro Manoel Carli parabeniza o conselheiro Eymard, pois esteve presente na primeira reunião e relata que além de ser um assunto pertinente à reunião, flui de maneira agradável. O conselheiro Luiz Carlos relata que uma das dúvidas é quanto ao preenchimento de RRT. O gerente Luís Eduardo explica que a preocupação do conselheiro Luiz Carlos é muito pertinente. O conselheiro Luiz Carlos comenta que no antigo conselho, a ideia de preencher a ART era apenas para angariar fundos, mas no CAU deve ser explicado que é uma forma jurídica, que além de garantir o acervo técnico do profissional, implica em responsabilidade perante qualquer incidente. A gerente Patrícia, completa a fala do conselheiro Luiz Carlos, que erroneamente algumas pessoas colocam apenas o mínimo, quando deveria conter toda informação que de alguma forma respaldasse o profissional e lamenta que quase ninguém preencha adequadamente e sendo evidente a falta de informação. Foi chamada a coordenadora Cláudia Dias que faz a apresentação de preenchimento semelhante a que fará em Dourados e também a que foi apresentada durante a reunião da comissão. A princípio a coordenadora Giovana relata que por solicitação dos representantes da sub sede de Dourados irá montar um Grupo de Trabalho em apoio a CEP/MS naquela localidade semelhante

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119 120

121

122

123

124 125

126

127

128 129

130

131

132133

134

135

136 137

138

139

140 141

142

143 144

145

146

147148

149

150

Mi

MS naquela localidade semeinante

ME

91-

Colle

ao desenvolvido aqui. (C) RELATO DOS CONSELHEIROS: A presidente em exercício Giovana informa as atividades do conselheiro federal Celso Costa, que está em Sessão Plenária do CAU/BR. E que o mesmo esteve em palestra em Dourados junto com o presidente Osvaldo no dia 24 de marco. Relata também que o mesmo irá participar do CAU/MS Itinerante, não havendo confronto de agendas. O primeiro inscrito é o conselheiro estadual Dirceu Peters, que registra seu protesto, relacionado à aprovação do regime diferenciado de contratações, informando tratar-se do regime proposto das obras da copa do mundo. Que o sonho de concursos públicos para profissionais em requerer e executar as obras tornouse distante. Tudo isto chama muito a atenção do conselheiro que declara sua revolta junto às licitações, lamentando imensamente mais uma derrota sofrida pelos Arquitetos. A próxima inscrita é a suplente de conselheiro Jussara, que solicita auxílio na criação de um modelo de documento possibilitando patrocínios e promoção, semelhante ao que verificou junto ao CAU/GO perante o público de interesse. como conferências, feiras etc. Sendo assim propõe que se tenha uma reserva em nosso orçamento para aplicarmos nestas modalidades. O conselheiro Dirceu Peters sugere que a conselheira verifique junto ao CAU/GO a deliberação que representa esta modalidade para que possamos utilizar de exemplo. O próximo inscrito é o conselheiro Rui Lameiro, que questiona como será o procedimento do conselho no evento Casa Cor. como o CAU/MS irá entregar o Selo de Conformidade, pois este evento reúne diversos sombreamentos da profissão, principalmente os decoradores. A presidente em exercício Giovana, responde que para todo ambiente deve haver um responsável técnico. As organizadoras do evento haviam informado em reunião com o presidente Osvaldo que em todos os espaços da feira haverá um profissional responsável técnico pelos projetos e execução. O próximo inscrito é o conselheiro Manoel Carli, primeiramente sugere que de acordo com a legislação e se possível nas próximas sessões seja tocado o Hino de Mato Grosso do Sul. Segundo, questiona sobre o Regimento Interno do CAU/MS. Em resposta, a presidente em exercício relata que será explanado durante a Ordem do Dia. Outra solicitação do conselheiro é sobre o Conselheiro Federal, para deixar-nos a par das demandas oriundas de Brasília. O próximo inscrito é o conselheiro Luiz Carlos, que concorda com as palavras do conselheiro Dirceu e fica muito preocupado com tudo que vem ocorrido, que tudo não passe de politicagem e que não devemos deixar passar despercebido. Que devemos ir à luta, principalmente em respeito à sociedade. O próximo inscrito é o conselheiro Gutemberg, que relata ainda não saber como se posicionar perante o II Seminário Legislativo realizado em Brasília. Relata que não recebeu nenhuma informação do seminário. O conselheiro Manoel Carli solicita a palavra mais uma vez, e comenta sobre a reunião do Symnetics, que não recebeu as datas e horários. Lamenta, pois gostaria de ter participado. O conselheiro Dirceu Peters comenta que recebeu via e-mail as datas e horários, sendo também confirmado pelo Coordenador Gill Abner(D) OUVIDORIA: O ouvidor Luís Eduardo não apresentou relatos. (D) DOS GERENTES: o gerente de Administração e Finanças Cláudio Lucchese, gostaria de registrar a participação do CAU/MS na DECON 2014. E convida a todos a participarem da palestra que será realizada no sábado dia 12(doze) às 18h com presença do Ilustre Professor Arquiteto José Alberto Tostes, que também é presidente do CAU/AP. Que falará sobre "Ética nas Cidades." O próximo relato é da gerente de fiscalização Patrícia Georges, que inicia comentando que este será seu primeiro relato, sendo assim os trabalhos são pequenos, porém constatou que muito já foi feito e ainda há muito a se fazer. Que este é um trabalho árduo. Relata que sua primeira diligência iniciou em Dourados e região na qual averiguaram diversas denúncias, passando após por Sidrolândia, Maracajú, Caarapó, Naviraí, Ivinhema, Dourados e retorno à Campo Grande. Em todos estes municípios passaram nas prefeituras e visitaram alguns contatos de profissionais da região convidando-os para representarem o CAU/MS como nossos delegados. Informa que somente um profissional ainda não respondeu, sendo que dos demais inclusive já saíram as nomeações. Em Dourados a fiscalização agiu em conjunto com a prefeitura. Conseguindo através desta parceira diversos dados importantes para auxílio dos trabalhos. Visitaram também os condomínios horizontais e verticais, semelhante ao que tem trabalhado na capital. Onde fiscalização prossegue verificando as denúncias, fazendo todo levantamento possível, para posteriormente apresentar em números. Acredita que desta forma haja melhor visualização do que de fato esta acontecendo. Comenta que ainda há dificuldade com relação aos fiscais da prefeitura. Solicita à presidência uma reunião com os responsáveis da Casa Cor, em função de esclarecer dúvidas, favorecendo melhor organização. Informa também o plano de ação em conjunto com a CEP/MS, para visitar o município de Corumbá ainda no fim deste mês, e que posteriormente deseja executar plano semelhante em Dourados, na região de Três Lagoas, passando por Ribas do Rio Pardo, Água Clara, buscando estender para Paranaíba, Selvíria e Aparecida do Taboado, voltando por Bataguassu, passando

151

152

153

154

155

156 157

158

159

160

161

162

163

164 165

166

167

168

169

170

171

172

173174

175176

177

178

179

180 181

182

183

184

185 186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

hi

tando por Bataguassu, passando

pt

· e

por Brasilândia. Sem mais. A presidência abre aos conselheiros, caso tenham alguma dúvida. A conselheira Edneyde Vidal questiona a maneira como é escolhido um delegado de subsede, e qual o critério de escolha, uma vez que este representa o conselho no interior. Em resposta a presidente em exercício Giovana pergunta se há algum problema em inverter a pauta devido ao quórum, sem nenhuma objeção dos presentes, irá responder logo mais. 6.ORDEM DO DIA:6.1. DECISÕES "AD REFERENDUM" DO PRESIDENTE: Não houve. 6.2. MATÉRIA EM REGIME DE URGÊNCIA: Não houve 6.3. MATÉRIA TRANSFERIDA DA SESSÃO ANTERIOR: Não houve 6.4. MATÉRIA PAUTADA PARA A SESSÃO: A presidente em exercício Giovana, abre a primeira matéria tratando do Regimento Interno, encaminhado por email à todos no dia 21 (vinte e um) de março. Faz referencia a Ata da Sessão Anterior onde consta que até a data desta Sessão seria encaminhado através de e-mail quaisquer contribuições para a Secretaria Geral. E se caso houvesse necessidade seria marcado uma Sessão Plenária Extraordinária apenas para alinhar as demandas deste tema. Informa que recebeu na data de hoje a manifestação do conselheiro Manoel Carli, a respeito do Regimento Interno. Comenta que somos um dos últimos CAU/UF a dar a devolutiva do Regimento Interno ao CAU/BR. Gostaria que se houvesse alguma outra manifestação que fosse feita de forma breve. O conselheiro Gutemberg acha importante que haja uma reunião extraordinária para delegar sobre o assunto, acresce apenas que verifiquemos a agenda. O próximo a contribuir é o conselheiro Dirceu Peters, que lembra que na sessão anterior já externou sua preocupação sobre a necessidade de começarmos a trabalhar com os conselheiros suplentes, sugere que se faça uma comissão coordenada pelo conselheiro Eymard Cezar, pois o mesmo se faz mais presente que muitos dos conselheiros titulares. E também que o mesmo convide outros suplentes de conselheiro para contribuírem na analise do Regimento Interno para ser relatado e trazido à votação. O conselheiro Manoel Carli concorda com as palavras do conselheiro Dirceu Peters, referente à criação de uma comissão na qual os suplentes de conselheiros trabalhem o Regimento Interno. E a acredita ainda ser mais fácil trabalharmos independentemente do CAU/BR. O assessor Elias Pereira, pontua que o nosso Regimento Interno é aprovado pelo nosso colegiado, e se esta proposta for aprovada nós temos atribuições legais para fazer as alterações necessárias após a aprovação do mesmo. Lembra que o nosso Regimento Interno antigo foi encaminhado ao CAU/BR e devolvido para que fizéssemos as adequações necessárias. Quanto às questões colocadas anteriormente pelos conselheiros, responde que já temos grupos de trabalho, denominados por comissões temporárias e que os mesmos são dirigidos por suplentes de conselheiro. E que a única exigência é que integre pelo menos um conselheiro estadual, independentemente de ser suplente ou titular. Coloca ainda que as questões citadas quanto aos trabalhos de suplentes é uma questão da própria lei. Que nem o CAU/BR pode fazer estas alterações. Mas para que não haja problemas, quando for permitida a participação de um suplente de conselheiro, pode-se fazer uma portaria designando o mesmo para tal função como já anteriormente providenciado. Lembra que a única implicação é a questão de votos e presença em reuniões nas quais há deslocamentos que se necessite efetuar pagamentos de diárias. É claro que podem ser criados deliberações ou outros documentos legais para maior participação dos suplentes e isto pode ser colocado dentro do Regimento Interno. A presidente em exercício Giovana lembra que o prazo final para as contribuições é a data de hoje, que conforme a ata da 28ª Sessão Plenária seria marcada uma sessão extraordinária após a XX Conferência Nacional de Arquitetos, para poder delegar sobre o Regimento Interno. O conselheiro Eymard solicita a palavra e relata que participou de reuniões junto à assessoria jurídica e constatou que há caminhos para todos possam trabalhar, claro havendo algum entrave legal, deveremos utilizar destes mecanismos para nos respaldarmos. Comenta ainda que em reunião estudou sobre o Regimento Interno verificando não haver maiores modificações. A presidente em exercício Giovana, comenta que esta é a visão desta gestão, que as portas estão sempre abertas a todos que desejam trabalhar, claro que de acordo com as agendas. E coloca em votação o Regimento Interno. O conselheiro Dirceu Peters vota contra e faz sua manifestação na qual explica que na sessão anterior ficou resolvido que se houvesse necessidade seria marcada uma sessão extraordinária. A próxima inscrita é a conselheira Edneyde Vidal, que possui o mesmo entendimento que o conselheiro Dirceu Peters, de que haveria uma reunião para discutir as mudanças sugeridas ao Regimento Interno oriunda do CAU/BR, sendo assim seu voto também é contrário. A presidente em exercício Giovana, encerra esta votação e coloca aberta a palavra aos conselheiros para que coloquem as propostas cabíveis. O assessor Elias faz a leitura do trecho da ata da sessão anterior na qual está descrito este item. O conselheiro Manoel Carli solicita a palavra e lembra que de fato foi colocado a disposição a Secretaria Geral para receber as solicitações de alterações no Regimento Interno e foi

206

207

208

209

210

211 212

213

214

215216

217 218

219

220 221

222

223

224

225226

227

228 229

230

231

232

233234

235

236

237

238

239

240

241 242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

Mu

coes no Regimento Interno e foi

ME

Ø.

Coly

sugerido também, que haveria uma reunião extraordinária, pois em uma reunião ordinária não haveria tempo suficiente para os debates. E lembra ainda que havia sido determinado que a realização da mesma se desse após o XX Congresso. Acredita que esta proposta agrada a todos, pois se temos prazo e se temos poder para discutir posteriormente não visualiza nenhum problema em aprová-lo- agora e marcar um reunião extraordinária para discuti-lo. Ele acha muito importante fazer a discussão do Regimento Interno, nem que seja posteriormente montado um grupo temático para promover este debate, pois tem interesse muito grande em promovê-lo. Foi colocado em pauta duas situações: Uma na qual aprova o Regimento Interno e posteriormente se faz uma reunião para a leitura e mudanças que se achem necessárias ou que marque uma Sessão Plenária Extraordinária para fechar o assunto. Sendo assim, colocado em votação, na qual venceu uma Sessão Plenária Extraordinária com 02 (dois) votos contra e 04 (quatro) a favor. Com a data já definida para o dia 05 (cinco) de maio às 14h na sede do conselho. Apenas ficou determinado que fosse enviado novamente a todos via e-mail para que leiam e façam as pontuações cabíveis. 6.5. PEDIDO DE VISTA: Não houve. 6.6. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO: Não houve. 6.7. DELIBERAÇÃO DE COMISSÃO ORDINÁRIA E ESPECIAL: Não houve. 7. ASSUNTOS EXTRA PAUTA E DE INTERESSE GERAL: A presidente em exercício Giovana, inicia relatando que os dois primeiros temas são de interesse geral dos profissionais e também da sociedade. Informa que na data do dia 28 (vinte e oito) de março houve a publicação no Diário Oficial Lei Complementar de Anistia 226, a qual trata da anistia de obras irregulares no município de Campo Grande, que é um assunto pertinente aos arquitetos e urbanistas; E o programa MS Cidadão de Desenvolvimento Urbano e Regional, que está já em sua 3ª (terceira) etapa, e que trata dos planos diretores para 35 municípios do estado. Acredita que tais assuntos sejam pertinentes a profissão. Expõe que o CAU/MS pode e deve fomentar e contribuir como instituição, as discussões pertinentes às cidades de um modo geral. Abre a palavra aos presentes para contribuições sobre estes temas. O primeiro inscrito é o conselheiro Dirceu Peters, que inicia versando sobre a questão da anistia, que vem a ser bastante polêmica, pois a mesma contempla situações que não estão de acordo com a nossa legislação. Questiona inicialmente como será a questão do RRT, como daremos legalidade a estes registros, porque muitas delas estarão contrariando a legislação municipal. O próximo inscrito é o conselheiro Eymard, que na data de hoje teve um atendimento com caso semelhante. Percebe que a lei quebra as regras que devem ser obedecidas, mas não sabe como podemos intervir como fazer uma manifestação, porque por mais uma vez o poder executivo passa na frente do poder legislativo, da mesma forma que já fez em outras situações. O próximo a se inscreve é a conselheira Edneyde Vidal, que concorda com o conselheiro Eymard no ponto de que esta é uma questão mais jurídica de verificar a legislação pertinente. Lembra que a prerrogativa do conselho é defender a causa dos arquitetos e onde serão cobrados, que deve resguardar as atribuições dos profissionais. O conselheiro Manoel Carli acredita que tudo isto demandará bastante estudo e outras coisas que o conselho irá proteger a aplicação da arquitetura, que no mínimo poderíamos publicar uma nota de repúdio em alguma mídia. Defendendo desta forma a atribuição da arquitetura. O próximo a solicitar a palavra é o conselheiro Luiz Carlos que questiona quem de fato está sendo anistiado, e embora não conheça a lei, entendem que a anistia privilegia a ilegalidade cometida. e que se for necessário, adequações deverão ser feitas na lei. Avalia que se o que for ilegal não pode ser anistiado, talvez o conselho deva fazer alguma manifestação distinguindo anistia de ilegalidade. Outra manifestação é do conselheiro Dirceu Peters que concorda e acrescenta sempre presumir que anistia vem para beneficiar alguém primeiro ou aumentar a arrecadação da prefeitura. Relata que sua preocupação com algumas mudanças o acompanhar as notícias da mídia. Entende que o CAU é em prol da sociedade e a anistia vem contra a sociedade. E alerta se verificarmos junto aos processos aprovados na cidade, a soma dos que foram de forma legal convencional, será infinitamente maior que os aprovados por estas anistias. Afirma que enquanto conselho, estaremos a favor da sociedade, que respeita as leis. Com a palavra a presidente em exercício Giovana relata que temos uma concordância em via dos fatos. Diz que o CAU/MS apoia e incentiva as discussões deste tema. Convidando as entidades representantes dos arquitetos e urbanistas, citando: IAB- Instituto Brasileiro de Arquitetos, SINDARQ-Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Mato Grosso do Sul, ABAP-Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas-ABEA-Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo-profissionais, conselheiros do CAU/MS, a sociedade, e até mesmo outras associações e conselhos, como exemplo a PLANURB-Instituto Municipal de Planejamento Urbano- e demais secretarias ligadas ao planejamento urbano para que possamos abrir esta discussão e dar encaminhamento aos trabalhos. Quer saber de todos se concordam com este encaminhamento e se podemos prosseguir e colocando-o em votação.

261

262

263

264

265 266

267

268269

270

271

272

273

274

275276

277

278

279

280 281

282

283 284

285

286

287

288 289

290

291

292

293

294

295

296 297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

(M)

colocando-o em votação.

A.

Je.

Porque sabe que viram outros temas e que as dúvidas podem ser sanadas através das entidades participantes. O conselheiro Manoel Carli questiona sobre o concurso realizado da AGEHAB-Agência Estadual de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul, no qual o presidente publicou nas redes sociais uma nota de repúdio, pois o devido concurso não aplicava a valorização profissional. O conselheiro Dirceu Peters também tem dúvida se a partir deste momento o CAU/MS só se reportará a assuntos federais. Em resposta a presidente em exercício Giovana, comenta que o CAU/MS se pronunciará sempre, que nós estamos entendendo que as entidades tem a prerrogativa legal de promover estas discussões. O assessor jurídico Elias, solicita a palavra e explica que a questão do salário mínimo profissional é uma lei federal. Que o CAU/BR já produziu uma resolução que determina o valor mínimo dos salários profissionais. Relata que foi encaminhado um ofício a AGEHAB, informando sobre o salário mínimo profissional, por solicitação do não cumprimento do salário mínimo profissional. Que neste sentido a preocupação da presidência é que seja produzida através de meios legais. A conselheira Edneyde Vidal entende que fazer a discussão todos os nove conselheiros do colegiado do CAU/MS e as entidades que venham a participar estão em conjunto tomando estas providências e a mesma sendo assinada pelo presidente como seu consentimento. E ela ressalta que o conselho deva sim tomar alguma providência, pois ela enquanto arquiteta se sente lesada. E acredita ser muito importante o CAU/MS tomar atitudes em benefício do sul-mato-grossense.

316 317

318 319

320

321 322

323

324

325

326 327

328

329

330

331

332

333 334

335

336

337

338

339

340

341 342

343

344

345

346 347

348

349

350

351 352

353 354

355

356 357

358

359

360

361

362 363

364

365

366

367

368

369

370

A presidente em exercício Giovana responde que talvez tenha se expressado erroneamente, e diz que não trabalharemos diretamente com a legislação, mas que iremos promover discussões, preparar um documento legal para encaminhar, junto à prefeitura e ao governo do Estado. Destaca que as entidades têm esta atribuição legítima e legal e o Conselho apoia o encontro para as discussões referentes à profissão e as cidades e se manifesta em apoio como Autarquia Pública Federal.Lembra que sempre convidamos as entidades para participarem de nossas discussões. Com relação ao plano diretor, o CAU/MS irá encaminhar ao governo do estado um ofício para solicitar os trâmites legais a respeito dos assuntos citados, para saber quais os procedimentos que serão feitos, pois os mesmos tratam diretamente da profissão do arquiteto e urbanista. Sugeriu que o assessor Elias explicasse de maneira legal sobre o assunto. Com a palavra o assessor Elias explica que o Conselho pode fazer a nota de repúdio ou ofício ao governo do Estado. Que a diferença será em como produzir o documento, sendo que o Conselho age em prol da sociedade e as entidades em prol dos profissionais, mas a ideia central deve ser passada. Que devem ser colocadas ambas as defesas e por este motivo é imprescindível à presença e contribuição dos profissionais no debate. A conselheira Edneyde Vidal comenta que encontrou o vereador Edson Shimabukuro que se dispôs a contribuir com o CAU/MS no que for necessário. O conselheiro Luiz Carlos questiona quais são as entidades participantes, que em reposta é esclarecido pela presidente em exercício Giovana como exemplo o IAB-Instituto dos Arquitetos do Brasil, ABEA- Associação Brasileira de Ensino e Arquitetura, dentre outros. E demais pessoas que estão direto ao poder público. O conselheiro Dirceu destaca a necessidade de verificar o prazo certo para dar procedimento nestes trabalhos. Pois acha que tem o prazo de 90 dias para celeridade deste processo todo, como exemplo, convocar as entidades e demais a participarem desta discussão. Primeiro como será desenvolvido este trabalho, pois em conversa anterior com o presidente lembra que em documentos oficiais foi ressaltado que apenas o presidente em exercício pode assinar documentos legais, não pode constar assinatura de entidades ou terceiros. Sendo assim quer saber como será feito. O que quer dizer é que anteriormente o conselheiro Manoel fez sua proposta e que a mesma dever ser votada. E que se produza um documento relatando sobre a aprovação desta lei, que em discussão está à publicação da nota de repúdio. A presidente em exercício Giovana relata que estamos defronte de um fato gritante, onde a participação das entidades, conselheiros e sociedade deve ter celeridade, pois temos 180(cento e oitenta) dias para que expire o prazo desta anistia. Pergunta se algum dos presentes fez a leitura da lei. E que devemos convidar as entidades e demais conselhos para este debate e que de comum acordo e de acordo com a legalidade criarmos um documento. Os presentes respondem que não tem conhecimento desta lei, e é sugerido que se façam a leitura da mesma e busque conhecimento da mesma. O conselheiro Eymard lembra que a OAB - Ordem dos Advogados do Brasil - é um órgão pertinente para esta discussão, pois teremos bases legais e respaldo mais claro. O conselheiro Rui sugere que se peça a Câmara dos Vereadores que encaminhe os trâmites deste processo. A presidente em exercício Giovana, diz que deve ser colocado em votação. Já o conselheiro Manoel entende que todos os presentes embora não possuam conhecimento da lei, a repudiam, de acordo com seus entendimentos e sugere a criação da nota de repúdio. A presidente em exercício Giovana discorda,

Mi

NE

D.

only.

alegando que não colocaremos nota de repúdio sem embasamento legal. Lembra que esta lei foi publicada no dia 28(vinte e oito) de março, por este motivo entrou como assunto extra pauta. O conselheiro Luiz Carlos concorda que com respaldo de entidades como a OAB, e após ter o conhecimento da lei será possível fazer estes debates. Sendo assim o conselheiro Manoel Carli retira a proposta de nota de repúdio e é acatada a sugestão do conselheiro Rui, de solicitar a Câmara os trâmites da lei. Colocado em votação é aprovado o encaminhamento. O segundo encaminhamento é que o conselho se mobilize fazendo os convites às entidades, sociedades e demais conselhos. Colocado também em votação foi aprovado por unanimidade. A presidente em exercício Giovana faz registro da saída do conselheiro Dirceu por compromissos pessoais e a saída do conselheiro Gutemberg e da suplente de conselheiro Jussara Basso anteriormente. O próximo assunto é sobre o apoio institucional do CAU/MS na Casa Cor, informa que entrou em extra pauta, pois chegou à data anterior a esta reunião e posterior a convocação. Relata que os dirigentes da Casa Cor agradecem a parceria anterior e fornecem um espaço no evento. A conselheira Edneyde Vidal acha muito importante a participação do CAU/MS nesta feira, mas quer saber qual o prazo e qual a proposta de trabalho. Em resposta a presidente em exercício informa que a data é dia 14(catorze) de abril, e que este espaço foi cedido para o Conselho, que não haverá nenhum custo para o mesmo e claro que deveremos trabalhar dentro dos moldes da Casa Cor, ressaltando que a única dificuldade é quanto aos prazos. O conselheiro Rui questiona qual seria a finalidade da participação do CAU/MS neste evento, e se será realmente produtivo montar um espaço sem poder levar a finalidade do Conselho. Acredita que deveríamos agradecer e dispensar o convite. A conselheira Edneyde comenta que seria desagradável dispensar, mas que este prazo é inviável. O assessor Elias relata que estava junto com o presidente Osvaldo quando o mesmo recebeu este convite, e que a ideia do presidente Osvaldo é participar se for possível realizar o projeto sem custo, que o mesmo faria este projeto com a contribuição de algum conselheiro. A conselheira Edneyde discorda de que se chame apenas um profissional. Já o conselheiro Rui acha que é complicado privilegiar apenas um profissional. O conselheiro Manoel Carli comenta que se é gratuito entende que vem a ser interessante. A presidente em exercício Giovana diz ser pertinente a participação e que a visão da presidência é que não devemos deixar passar as oportunidades de promover o trabalho do arquiteto em qualquer situação, apesar de ser uma questão delicada. A presidente em exercício lembra que o espaço a ser trabalhado é o "escritório do arquiteto", pois a CASA COR tem suas regras internas, o que já foi um assunto pré-determinado para se trabalhar. Sugere entrar em contato com os dirigentes, aceitando a proposta e verificando a melhor forma de se trabalhar devido ao exíguo prazo. Considerando o trabalho honorífico, cogita a formação de um grupo de trabalho, ou deixar a critério da presidência para tomar as medidas cabíveis. Ressalta que mesmo não havendo a realização do projeto, o CAU/MS manterá o apoio institucional, sendo divulgado em outdoors e folders. Após discussão foi mantida a proposta que a presidência decidirá, de maneira democrática e honorífica. Sendo colocada em votação foi aprovado por unanimidade. 8. PALAVRA LIVRE: Não houveram inscritos. 9. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar a Presidente em exercício Giovana Dario, encerra esta Sessão Plenária às 19h52min, convidando a todos para a cerimônia de abertura da DECON-MS, feira da qual o CAU/MS tem participação.

Arquiteta e Urbanista Giovana Dario Sbaraini Presidente em exercício do CAU/MS

**Conselheiros Titulares:** 

**Ghislaine Goncalves** Secretária Ad Hoc

410

371

372

373

374

375

376

377 378

379 380

381

382 383

384

385

386 387

388

389 390

391 392

393

394 395

396 397

398 399

400

401 402

403

404

405

406

407

408

409

411

Dirceu de Oliveira Peters

412 Manoel Carlos Inocêncio Mendes Carli

413 Gutemberg dos Santos Weingartner ...

414 Edneyde Vidal Ourives Barros

415 Luiz Carlos Ribeiro

416 Rui Lameiro Ferreira Junior

417

Eymard Cezar Araújo Ferreira (1977)